

A retórica na habitação social, o SAAL e os novos paradigmas

Catarina Ruivo^a

Resumo

Procura-se abordar a questão da linguagem e do discurso em Arquitetura no contexto do reaparecimento da problemática da habitação social no debate contemporâneo dominante, tendo em conta o binómio “conhecimento-poder” de Foucault. Para isso, vão ser analisados dois casos de grande impacto mediático no panorama disciplinar contemporâneo, pela associação que fazem entre discurso teórico e obra construída: os chilenos Elemental e os Urban-Think Tank. Com o objetivo de contribuir para a compreensão da evolução do discurso ao longo das últimas décadas e da importância do contexto sociopolítico no mesmo, ter-se-á como referência o programa de Serviço de Apoio Ambulatorio Local (SAAL).

Palavras-Chave

Arquitetura social, Habitação, Análise de discurso, Media.

Abstract

The paper will focus on the question of language and discourse in Architecture in the context of a reappearance of social housing as a problematic in mainstream contemporary discussion, taking into account Foucault’s binomial “knowledge-power”. Two cases of great media impact will be studied for the association they achieve between theoretical discourse and construction: Elemental and Urban-Think Tank. With the objective of contributing for the understanding of discourse’s evolution during the last decades, and of the importance of its sociopolitical context, the Local Ambulatory Support Service program (SAAL) will be used as reference.

Keywords

Social architecture, Housing, Discourse analysis, Media.

Introdução: Linguagem, discurso e forma

*“No caso de uma palavra como democracia, não só não existe nenhuma definição acordada, mas a tentativa de estabelecer uma é resistida por todos os lados. É quase universalmente aceite que quando chamamos democrático a um país o estamos a elogiar: consequentemente os defensores de todo o tipo de regime reivindicam que é uma democracia, e receiam ter de parar de usar a palavra se ela estivesse associada a um único significado.”*¹ (Orwell, 2013[1946], p. 9)

O discurso contemporâneo sobre Arquitetura de cariz social é marcado por um conjunto de conceitos que, imprecisos em termos de significado, têm um valor conotativo mais ou menos bem estabelecido na disciplina. É pontuado por expressões que, não acompanhadas de definições claras, são repetidamente utilizadas com fins

diferentes em contextos diferentes e por outras cuja definição mais rigorosa é muitas vezes alterada para uma maior eficácia do discurso.

Esta capacidade de, através de conceitos sem significado concreto, apresentar a realidade da forma mais conveniente e ter esta representação aceite como sendo uma verdade única e consequentemente neutra, é um tipo de poder social (Foucault, 1980). É por esta razão que, na medida em que o ato arquitetónico é também um ato com poder social, se considera essencial analisar o discurso a este associado enquanto ferramenta de condicionamento ideológico, com um conjunto de valores em nada inócuos ou inocentes em si mesmos.

Num momento em que a questão da habitação social tem vindo a reaparecer no discurso arquitetónico dominante como uma das grandes preocupações disciplinares contemporâneas, a problemática da linguagem enquanto ferramenta do poder ganha uma relevância significativa. Assim, no contexto de uma investigação de doutoramento que procura relacionar modos de

^a Arquiteta, doutoranda na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

¹ Tradução da autora

interação social com as formas tipológicas próprias de diferentes tipos de promoção habitacional, sentiu-se a necessidade de aprofundar o entendimento dos mecanismos através dos quais o discurso traduz um conjunto de valores que se reflete nas relações sociais proporcionadas pela Arquitetura. Embora não seja o discurso, mas o espaço produzido, o foco da investigação em curso, considera-se que o tipo de estudo apresentado neste artigo é indissociável de qualquer análise que aborde a Arquitetura na sua capacidade de produção e reprodução ideológica.

As abordagens contemporâneas à habitação retomam, das experiências projetuais e desenvolvimentos teóricos dos anos 1970, a ideia de uma auto-organização das populações mal alojadas, incentivada pelos arquitetos através do desenvolvimento de modelos de autoconstrução e de habitação evolutiva, e são caracterizadas por uma descrença quase global no papel do Estado enquanto motivador de mudança social, ao mesmo tempo que se vão desenvolvendo mais ou menos aliadas aos grandes promotores privados.

Assentando num discurso que apela ao bem comum, ao compromisso e ao papel ético e moral de um arquiteto socialmente empenhado, grande parte destas abordagens afasta-se de qualquer noção de luta de classes, de reivindicação social ou da posição da Arquitetura dentro do sistema dominante. Isto acontece em contraste a certos modelos de que são herdeiros, que, embora céticos de governos aliados ao grande capital, procuravam muitas vezes promover uma consciencialização das populações face aos seus direitos.

Em simultâneo, uma mediatização crescente da disciplina nas últimas décadas abandona uma abordagem centrada em questões formais para, aparentemente incidindo menos sobre a questão do Arquiteto e da autoria, se fazer sentir num panorama mais geral de preocupações sociais. A Bienal de Veneza 2012, sobre o tema “*Common Ground*”, de onde emergiu a investigação dos Urban-Think Tank sobre a Torre David em Caracas, pode ser vista como um dos primeiros grandes momentos de projeção deste debate, que continuaria com a sucessiva atribuição do Prémio Pritzker a arquitetos reconhecidos pelo seu empenho social e, finalmente, a Bienal de Veneza de 2016, curada por Alejandro Aravena.

Porque o estudo dos significados que a linguagem adquire passa pela compreensão do discurso como parte de um sistema maior, tendo em conta as características do seu autor, da sua audiência e do contexto em que se insere (Markus, 2012), vai-se num primeiro momento contextualizar esta discussão arquitetónica

social e teoricamente. Em seguida, a partir da análise mais aprofundada de três casos – a produção teórica e projetual dos gabinetes Elemental e Urban-Think Tank, tendo como referência a evolução do discurso sobre o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) em Portugal – far-se-á uma breve apresentação da sua prática em confronto com as escolhas linguísticas presentes no discurso. Procura-se apontar incoerências ou imprecisões que permitam demonstrar a importância de tornar explícitas as relações entre a utilização da linguagem, o contexto político e socioeconómico e a forma arquitetónica para o estudo da disciplina como uma questão verdadeiramente social. Não se pretende neste espaço um estudo exaustivo das questões linguísticas de cada um dos exemplos abordados. Procura-se, sim, demonstrar o interesse global de uma análise de discurso deste que aparece agora associado às correntes dominantes da arquitetura – e chega, com inevitáveis diferenças formais, ao público em geral, à academia e ao meio arquitetónico –, para a compreensão tanto do seu papel no entendimento das formas que assume, como na disseminação ideológica da disciplina.

1. O Arquiteto versus o Estado

À medida que as condições precárias de alojamento das classes trabalhadoras começam a deixar de ser eficazes na reprodução da força de trabalho necessária ao capital, o tema da habitação tem reaparecido no campo da discussão arquitetónica. Associado à problemática da autoconstrução e dos assentamentos ditos informais, levanta-se sobretudo a questão das consequências sociais dos extensos subúrbios pobres construídos em torno das grandes cidades (Davis, 2006).

Sobre contextos tão variados como os *grands ensembles* em Paris ou os subúrbios da classe média americana, esta questão tem sido sistematicamente abordada ao longo das últimas décadas. A vizinhança, na sua relação com a questão da segregação urbana, tem sido estudada enquanto fator de grande imprevisibilidade social, espaço onde a consciência de classe é substituída por uma consciência de comunidade que, ainda assim, será difícil de manter numa configuração apropriada ao interesse capitalista. Estas comunidades tendem a ser destruídas pela atividade especulativa e a ser transformadas de acordo com as necessidades de crescimento e acumulação de capital (Harvey, 1985; Bourdieu, 2000).

Através da organização e reorganização destas vizinhanças e da sua inserção no espaço urba-

no, a habitação define os grupos que estão mais ou menos segregados e, através do reforço do valor jurídico da propriedade privada, desempenha um importante papel no envolvimento das classes dominadas numa rede de dependências que lhes é conveniente. O Estado, principal órgão regulador, aparece como o poder organizado das classes dominantes (Engels, 1942/1872), sendo as suas políticas habitacionais muitas vezes manifestação do interesse do capital em facultar alojamento apenas suficientemente digno para prevenir a propagação de doenças e a exaustão dos trabalhadores e, portanto, manter a sua produtividade.

Em momentos particulares, a Arquitetura tem procurado, enquanto disciplina, desenvolver-se como alternativa a um sistema ineficaz ou cúmplice dos interesses do grande capital. Se as experiências dos anos 1960 e 1970 se afirmaram como tal, conseguindo muitas vezes construir um discurso de reivindicação social e política que se afastava da ideia do arquiteto como motor de mudança social, alternativa viável à inexistência de políticas habitacionais sistemáticas e coerentes que reaparece hoje no discurso disciplinar; a retórica contemporânea parece procurar um afastamento do pensamento arquitetónico no âmbito de objetivos sociais ou políticos, sendo o social, como apontado por Frey Massad e Alicia Guerrero Yeste (2014, p.3), “[...] parte do seu material [...]”, sendo que “[...] a força motriz do seu trabalho não é gerar efeitos sociais, mas arquitetónicos.”

Este discurso aparece no contexto de um Estado não intervencionista em termos de políticas habitacionais, que, embora um problema global, tem particular relevância em países do chamado terceiro mundo e economias emergentes resgatados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) nos anos 1980, herdeiros de políticas neoliberais de redução do investimento estatal e monopolização do mercado imobiliário por promotores privados. Nalguns destes países, as organizações não governamentais (ONGs) têm vindo a preencher o espaço ocupado pelo Estado, muitas vezes negociando diretamente com as instituições de financiamento externo. Apresentando um discurso assente em conceitos imprecisos como os de “autoajuda”, “governança participativa” e “empoderamento das comunidades”, o trabalho destas organizações tem sido simultaneamente louvado e criticado. Davis (2006, p.72), por exemplo, nota o modo como “louvar a prática dos pobres tornou-se uma cortina de fumo para renegar compromissos históricos do Estado para acabar com a pobreza e a falta de alojamento”², acusando as ONGs de realizarem um trabalho

sistemático de desconsciencialização de classe, ao sustentarem uma retórica que faz do acesso à habitação uma questão de solidariedade em vez de um direito.

Assim, autoproclamada apolítica e sem ideologia, aparece disseminada uma nova ideia de Arquitetura de cariz social. Sem pudores, Justin McGuirk (2014) glorifica o novo arquiteto-empendedor, ativista por contradição ao que era o arquiteto modernista, que, aceitando a sociedade contemporânea, sabe mexer-se dentro desta, criando redes de aliados políticos ao mesmo tempo que se integra nas comunidades locais.

Os Urban-Think Tank (U-TT) seguem a mesma linha e vão deixando claro no seu discurso: a ideologia é inocente e ineficaz, o pragmatismo é a solução. Os arquitetos que não procurem trabalhar dentro do sistema “são igualmente convencionais e igualmente ‘liberais’ no seu desejo de usar a arquitetura como o meio para melhorar as vidas e condições de vida dos mais pobres do mundo. Os seus impulsos são ideológicos, não práticos.”³ (U-TT, 2013, p.261). Embora claramente posicionados dentro de um discurso dominante que volta a trazer a habitação de massas para o topo da problemática arquitetónica, os U-TT tornam clara a amplitude e complexidade do debate arquitetónico, distantes do que parece ser a posição predominante como mediaticamente apresentada ao público em geral. Se o discurso dos U-TT é cínico quanto ao impacto que uma Arquitetura planeada pode ter nas condições de vida das populações, os seus projetos focam-se muitas vezes em cuidados paliativos à auto-organização – sendo exemplo disso a conclusão projetual à qual chegam após a análise da Torre David –, enquanto a Bienal de Arquitetura de Veneza de 2016 e toda a polémica associada seguem posicionamentos bastante diferentes.

Alejandro Aravena (2016), curador da Bienal e vencedor do Prémio Pritzker 2016, introduz o tema *Reporting From the Front* como uma oportunidade para aprender com as várias experiências e soluções encontradas para os grandes problemas da Arquitetura contemporânea, sendo a disciplina abordada, não como um objetivo em si mesma, mas como um meio para melhorar a qualidade de vida das populações, de acordo com um – muito repetido, mas nunca definido – “bem comum”. Paolo Baratta (2016) segue a mesma linha de pensamento, apresentando a Bienal como um espaço para os arquitetos partilharem histórias de sucesso e “casos exemplares onde a arquitetura fez, é e vai fazer a diferença.”⁵ Deixa aqui explícita a questão também levantada pela atribuição do Leão de Ouro ao

Pavilhão Espanhol, cujo curador quase enaltece a capacidade da crise económica de potenciar soluções “mais intensas, mais radicais, e ainda melhores”⁶ (Carnicero, 2016). Dentro das condicionantes políticas, institucionais e legais, onde se insere o papel da Arquitetura?

Críticas ao discurso subjacente a esta Bienal têm aparecido de várias frentes e sido disseminadas pelos principais *opinion makers* da disciplina. Desde o problema levantado por Mimi Zeiger (2016), que questiona se uma disciplina tão intrinsecamente ligada ao poder e ao capital pode ser tão franca como é apresentada na Bienal 2016, até aos vários comentários nas redes sociais de Patrick Schumacher (2016), que acusa a Arquitetura de negligenciar a sua contribuição natural para o mundo ao ser dominada por um discurso “politicamente correto”, o debate continua a levantar questões. O discurso dominante é acusado de romantizar a pobreza e estetizar as comunidades precárias (Hancox, 2013), enquanto a falta de visão política do mainstream arquitetónico, perfeitamente ilustrada na leveza do concurso *What Design Can Do*, é pontualmente questionada (Pater, 2016).

2. O SAAL e os novos paradigmas

2.1. Elemental

Como pode ser adivinhado pela abordagem da Bienal de Veneza de 2016, Elemental existe, tanto no discurso como na prática de projeto, como o paradigma de uma Arquitetura de cariz social dependente do engenho do arquiteto e independente de um contexto altamente desfavorável. Se é claro no discurso de Elemental que o arquiteto pode – e deve – fazer a diferença, esta diferença é puramente arquitetónica e desenvolve-se de forma mais ou menos hábil dentro dos limites bem estabelecidos pelo contexto político e socioeconómico.

Pragmatismo e realismo: fazer o melhor possível da situação existente é a premissa base do projeto Elemental (Aravena, Iacobelli, 2013). A “boa meia casa”, o modelo de habitação social de cariz evolutivo pelo qual Aravena é mais conhecido, é uma resposta direta às políticas habitacionais do Chile. O mercado imobiliário é dominado pela promoção privada, que, para além de ser a única a construir, é quem dita a regulamentação da construção e qualidade. O Estado financia parte do processo ao atribuir subsídios de apoio às famílias incapazes de aceder a habitação no mercado formal, sendo a mediação entre o financiamento, os empreiteiros e os can-

didatos feita, tanto por entidades públicas, como por entidades privadas e ONGs. O custo da obra é pré-definido, sendo parte coberto pelo subsídio estatal e o resto pago em prestações mensais na forma de uma hipoteca de baixo interesse administrada pelo Estado.

A “meia boa casa” aparece como uma solução pragmática a este modelo. Rejeitando as políticas de dispersão e redução da habitação aplicadas pelos promotores, a “meia boa casa” usa o financiamento disponível para construir as infraestruturas essenciais ao habitar, igualmente as partes mais caras e difíceis de produzir em autoconstrução. Pretendem assim possibilitar um desenvolvimento da casa ao longo do tempo e a sua valorização, de forma a garantir às famílias abrangidas condições semelhantes às da classe média (Aravena, Iacobelli, 2013).

Quando Massad e Yeste (2014) citam Giancarlo di Carlo em relação à discussão em torno da habitação mínima possível no CIAM de 1929 – “Ao concentrar-se nos problemas relativos ao ‘como’, caíram no jogo da estrutura de poder. Ao evitarem os problemas relativos aos ‘porquê’, perderam a pista das razões mais importantes para o seu compromisso cultural. Aquelas propostas transformaram-se em álibis para a mais obtusa ineficácia política.” – contextualizam a experiência Elemental numa das grandes questões da Arquitetura do século passado. Este otimismo apolítico, presente em todo o discurso de Elemental, assenta na crença de que a solução e o problema são a mesma coisa, se vistos de pontos de vista diferentes.

2.2. Urban-Think Tank e Torre David

*“Como esperamos que este livro deixe completamente claro, o nosso enfoque aqui [...] não é político. [...] Não somos ideólogos; não subscrevemos nenhum ‘-ismo’, quer político ou arquitectónico. A nossa preocupação é o papel ético e moral do arquitecto na sociedade, qualquer sociedade, independentemente do seu governo. Acreditamos que as responsabilidades do arquitecto precedem e suplantam qualquer sistema político.”*⁶ (U-TT, 2013, p.26)

Abrindo a publicação da sua investigação sobre a Torre David em Caracas e distanciando-se de qualquer posicionamento político ou ideológico, os U-TT baseiam o seu trabalho numa descrença assumida na capacidade e vontade de qualquer governo resolver a disparidade entre ricos e po-

⁶ Tradução da autora

bres – algo que, à semelhança de Aravena, acreditam depender de um qualquer ideal de “bem comum” – e colocam a sua fé na realização de soluções práticas por arquitetos, “nos nossos colegas em engenharia e planeamento urbano e design, na promoção e indústria privada, e na vasta população global alojada em condições precárias”⁷ (U-TT, 2013, p.26).

A Torre David – uma torre no centro de Caracas que, tendo ficado inacabada depois da crise financeira venezuelana de 1994 ter causado o colapso do grupo que a promovia, acabou por ser ocupada por pessoas alojadas em condições precárias nos *barrios* da cidade – é utilizada como base de trabalho pelos U-TT, numa tentativa de compreender como pode, depois de conhecer as condições de vida dos seus residentes, servir de exemplo para a ocupação de edifícios vazios.

Desde a apresentação do projeto com o qual ganhariam o Leão de Ouro na Bienal de Veneza de 2012, os U-TT têm sido alvo de várias críticas, sendo frequentemente acusados de uma romantização e exploração mediática da pobreza (Alcock, 2012; Hancox 2014; Massad & Yeste, 2013; Pinto & Pinto, 2012; Oscar, 2012). No entanto, as propostas concretas que fazem em termos projetuais não se afastam muito das de outros arquitetos que lidam com a mesma problemática.

Com os objetivos explícitos de melhorar a qualidade de vida dos residentes e diminuir o impacto ambiental da Torre, de forma “orgânica” e participativa, as propostas dos U-TT consistem em intervenções sobretudo infraestruturais – procurando uma melhoria dos sistemas de água e eletricidade através da utilização de energias renováveis e da implementação de um novo sistema de armazenamento de água e do desenvolvimento de um elevador mecânico, tendo como conceito o funcionamento dos transportes coletivos – e de embelezamento do exterior. Procurando desenvolver as condições necessárias para que a Torre David seja quase um “bom meio prédio”, o conceito por trás da resposta concreta não se afasta muito da procura de fazer o melhor possível com o mínimo indispensável de Aravena.

2.3. O SAAL

Tendo surgido no contexto das várias experiências sobre a habitação social dos anos 1970, num pós-25 de Abril propício à movimentação popular, o SAAL reaparece agora no discurso disciplinar. Mediatizado a nível nacional pelos simpósio e exposição *SAAL em Retrospectiva*, ressurgiu também no contexto internacional, centrando-se

a intervenção portuguesa na Bienal de Veneza de 2016 na problemática da participação social e da vizinhança, a partir do projeto do bairro da Bouça de Álvaro Siza.

Sendo difícil não traçar paralelos de nível estético entre esta obra e as tipologias da “meia boa casa” de Aravena, parece relevante compreender o lugar do SAAL no enquadramento arquitetónico contemporâneo. Se na retórica de contacto com as populações e melhoria das suas condições de vida, bem como na adoção de tipologias ligadas a uma ideia de habitação popular, as operações SAAL aparecem de forma clara dentro desta nova estética dominante, é importante também lembrar que o programa decorreu aliado a um processo constante de discussão onde era sistematicamente lembrado que uma arquitetura ao serviço das classes trabalhadoras existiria apenas dependente de um contexto social, económico e político-ideológico favorável.

Se o posicionamento ideológico das brigadas foi mais ou menos claro, dando azo a grandes discordâncias dentro das organizações, o posicionamento político era explícito, a discussão ideológica existia e a consciência da existência de condicionantes e contradições materiais manifestava-se, tanto no discurso como na prática. Embora isto se tenha também refletido no assumir do papel do arquiteto enquanto providente de um “melhor possível” – e tal tenha sido criticado mesmo dentro do projeto – o processo foi de forma geral acompanhado por trabalho político e social que procurava, passo a passo, melhorar o “melhor possível”. Nas palavras de Portas (1986), “[a] expectativa de que tudo podia – devia – mudar num ápice, qualitativa e sobretudo quantitativamente, nas condições de vida das camadas menos solventes, contrastaria, passado o primeiro momento de surpresa, com as limitações objetivas dos meios materiais de um País dependente e as contradições de um aparelho de Estado herdado que, apesar do centralismo, não mudaria de direção nem de velocidade, apenas pela relativa mudança do vértice político e as crescentes pressões de base.”

No entanto, no seu reaparecimento contemporâneo no centro do debate em Portugal, a leitura destas contradições, quando existente, despolitiza-as. A exposição *O Processo SAAL, Arquitetura e Participação* e o *colóquio SAAL em retrospectiva*, que decorreram entre Novembro de 2014 e Fevereiro de 2015, são um bom exemplo disto. Com 40 anos de distanciamento histórico do fim do Processo SAAL, e salvo raras intervenções, resultaram mais num processo de mistificação e estetização do carácter revolucionário e altamente político de projeto.

Embora a crítica a esta visão exista (Dominigues & Bismarck, 2014; Costa 2014), a maior parte da retórica sobre o projeto parece seguir a cor-

⁷ Tradução da autora

rente discursiva que aqui se tem vindo a analisar. O SAAL – em particular o SAAL/Norte – existe num enorme fervor revolucionário, mas um fervor revolucionário que aparece agora sem teor político ou ideológico e procura um novo modelo de sociedade e arquitetura. No entanto, é o conteúdo estético e, mais uma vez, um conjunto de conceitos indefinidos – “participação”, “democracia”, “revolução” – que transparece no discurso: “Nas operações SAAL no Porto, nos antípodas da famigerada tábua rasa ou da atopia do imóvel para repetir infinitamente, é no âmago da cidade, com as populações – com o que existe –, que se pretende instalar a revolução” (Figueira, 2002).

Quando um imaginário estético de fervor revolucionário e processo democrático associado ao SAAL é apropriado pelo discurso dominante apolítico e não ideológico da disciplina, uma das principais lições a retirar do processo será exatamente esta noção de que uma verdadeira política habitacional pela melhoria das condições de vida das classes sem acesso à habitação no mercado formal, tem de ser procurada em aliança com os princípios ideológicos que a proporcionem.

Conclusão

“[t]raz à mente Diógenes, o filósofo ascético de quem dizem que viveu num barril de madeira. Independentemente de tal ser verdade, ilustra a sua abstenção de todas as coisas supérfluas na vida, como foi registado por múltiplas fontes do seu tempo. Este ascetismo incluía o seu alojamento. Diz-se que Diógenes apontava para o Estoa de Zeus e o Pompeion e declarava que Atenas lhe proporcionava casas excelentes. Usava os edifícios públicos construídos pelos atenienses para viver e dormir porque eram de livre acesso e ofereciam muito espaço. Assumindo o direito do indivíduo a usar as estruturas existentes construídas pela comunidade, ele criou a base teórica para todos os ocupas.”⁸ (U-TT, 2013, p.35)

A análise de dois importantes casos do *mainstream* arquitetónico contemporâneo realça mecanismos através dos quais um discurso aparentemente socializante da disciplina tem contribuído para a sua tendencial despolitização, contagiando até abordagens históricas de movimentos assumidamente políticos, como o foi o SAAL. Conceitos imprecisos, de senso comum desejáveis, mas conotando apaziguamento e resignação, são sistematicamente encontrados na produção contemporânea de Ar-

quitetura dita social. Parece então importante enfrentar criticamente o discurso vigente, nomeadamente noções como “bem comum”, “participação” e o papel “ético e moral” do arquiteto, de forma a ser possível construir – e contribuir para – uma verdadeira discussão sobre as consequências e os limites da Arquitetura social.

No livro *Radical Cities*, Justin Mcguirk descreve uma série de experiências de intervenção social não necessariamente de cariz arquitetónico, exaltando nomes como Antana Mockus e Túpac Amaru, como um expoente bem-sucedido de abordagens não ortodoxas, e coloca-os na mesma linha de discurso de Aravena. Todos eles “tentarão as coisas mais rebuscadas, anteriormente impensáveis. Construir meia casa para alguém? Construir uma rede de teleféricos digna dos Alpes Suíços em Caracas? Construir piscinas e parques temáticos para os pobres? Usar espaços públicos para reabilitar a capital de assassínios do mundo? Guiar políticos através da fronteira entre os Estados Unidos e o México através de uma seca? Ridículo! Mas eficiente”⁹ (Mcguirk 2014, p.31).

Quando, integrados neste discurso em que tudo vale, os autoproclamados apolíticos Urban-Think Tank aventuram evocar o ascetismo de Diógenes num trabalho de investigação sobre as habitações de pessoas alojadas no que são, segundo todos os critérios (UN-HABITAT, 2011), condições precárias, parece estar-se a poucos passos de poder aceitar a ideia de vender meio bom barril subsidiado pelo Estado a cada família desalojada como solução para o problema da habitação de massas – desde que suficientemente estetizada ao gosto dominante do mercado.

Ao assumir a Arquitetura como solução em si própria, o problema torna-se apenas disciplinar em vez de também político, socioeconómico e ideológico. Não pretendendo que o problema da habitação esteja fora do âmbito disciplinar – já que é tão problemático situar no arquiteto o poder de melhorar a sociedade, como o discurso que, romanticamente elogiando o engenho das populações pobres, lhe retira essa responsabilidade –, os resultados de um discurso que, otimista, existe acriticamente do contexto em que se insere só podem existir como produto do sistema. As soluções projetuais, do melhor possível com os mínimos recursos a um paliativo quase-naif – mas com nada de inocente – só podem refleti-lo.

Referências Bibliográficas

- AA.VV. *Livro branco do SAAL 1974-1976* (1976), Lisboa: Conselho Nacional do SAAL.

^{8,9} Tradução da autora

- Alcock, Jimmy (2012), *Carta de Jimmy Alcock a Alfredo Brillembourg y su «think-tank»*. Disponível em: <http://latorrededavid.blogspot.pt/2012/08/carta-de-jimmy-alcock-alfredo.html> [Cons. 01/06/2017].
- Aravena, Aravena (2016), *Reporting from the front [la biennale]*. Disponível em: <http://www.labiennale.org/en/architecture/archive/15th-exhibition/aravena/> [Cons. 01/06/2017].
- Aravena, Alejandro; Iacobelli, Andrés (2012), *Elemental: manual de vivienda incremental y diseño participativo*, Nova Iorque: Distributed Art Pub Incorporated.
- Bandeirinha, José António (2007), *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Bandeirinha, José António (2014), *SAAL 1974-2014: Por uma Arquitectura. Em O Processo SAAL, Arquitectura e Participação 1974-1976*, Porto: Serralves.
- Bandeirinha, José António; Sardo, Delfim; Canto Moniz, Gonçalo (2015), *74-14 SAAL and Architecture*, e | d | arq - Publications of the Department of Architecture, University of Coimbra, Centre for Social Studies Fundação Serralves.
- Baratta, Paolo (2016), *Introduction by Paolo Baratta, President of La Biennale di Venezia*. Disponível em: <http://www.labiennale.org/en/architecture/archive/15th-exhibition/baratta/> [Cons. 01/06/2017].
- Baratta, Paolo (2012), *Introduction by the President of la Biennale di Venezia, Paolo Baratta: The Exhibition of Resonances [la biennale]*. Disponível em: <http://www.labiennale.org/en/architecture/archive/13th-exhibition/baratta/> [Cons. 01/06/2017].
- Bourdieu, Pierre (2000), *Les structures sociales de l'économie*, Paris: Éditions du Seuil.
- Brillembourg, Alfredo; Klumpner, Hubert (2013), *Torre David: Informal Vertical Communities*, Zurique: Lars Müller.
- Costa, Ana Catarina (2014), *O simpósio SAAL: em retrospetiva*. Disponível em: http://www.revistapunkto.com/2014/06/o-simposio-saal-em-retrospectiva-ana_6.html [Cons. 01/06/2017].
- Davis, Michael (2006), *Planet of Slums*, Londres: Verso.
- Domingues, Álvaro; Bismark, Pedro (2014), *Quanto do teu «saal» são lágrimas de Portugal*. Disponível em: http://www.revistapunkto.com/2015/01/quanto-do-teu-saal-sao-lagrimas-de_75.html [Cons. 01/06/2017].
- Engels, Friedrich (1942 [1872]), *The housing question*, Londres: Lawrence and Wishart, ltd.
- Figueira, Jorge (2002), *Escola do Porto: um mapa crítico*, Coimbra: Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC.
- Foucault, Michel (1980), *Power/knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977*, Nova Iorque: Pantheon Books.
- Fulcher, Merlin (2014), *Some like it squat: Residents evicted from the world's tallest squat*. Disponível em: www.architectural-review.com/archive/some-like-it-squat-residents-evicted-from-the-worlds-tallest-squat/8666315.article [Cons. 01/06/2017].
- Hancox, Dan (2014), *Enough Slum Porn: The Global North's Fetishisation of Poverty Architecture must End*. Disponível em: www.architectural-review.com/archive/enough-slum-porn-the-global-norths-fetishisation-of-poverty-architecture-must-end/8668268.article [Cons. 05/05/2017].
- Harvey, David (1985), *Consciousness and the Urban Experience: Studies in the History and Theory of Capitalist Urbanization*, Maryland: John Hopkins University Press.
- Markus, Thomas A.; Cameron, Deborah (2002), *The Words Between the Spaces: Buildings and Language*. Londres: Psychology Press.
- Massad, Fredy; Guerrero Yeste, Alicia (2014), "A Arquitectura Social na Era do Espectáculo", em Baptista, Luís Santiago [et al.], *Arquitectura Social: Três Olhares Críticos*, Lisboa: Centro Cultural de Belém, p.37-59.
- McGuirk, Justin (2014), *Radical Cities: Across Latin America in Search of a New Architecture*, Londres: Verso.
- Orwell, George (2013 [1946]), *Politics and the English Language*, Londres: Penguin UK.
- Oscartenreirodegwitz. (2012), *El triunfo del cinismo*. Disponível em: <https://oscartenreiro.com/2012/09/01/el-triunfo-del-cinismo/> [Cons. 01/06/2017].
- Pater, Ruben (2016), *Treating the refugee crisis as a design problem is problematic*. Disponível em: <https://www.dezeen.com/2016/04/21/ruben-pater-opinion-what-design-can-do-refugee-crisis-problematic-design/> [Cons. 01/06/2017].
- Portas, Nuno (1986), "O Processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, pp. 635-644.
- UN-HABITAT (2011), *State of the World's cities 2010/2011: Bridging the Urban Divide*, Londres: Earthscan.
- Zeiger, Mimi (2016), *Mimi Zeiger reviews Alejandro Aravena's Venice Architecture Biennale*. Disponível em: <http://www.dezeen.com/2016/06/01/opinion-mim-zeiger-venice-architecture-biennale-2016-honest-fronting/> [Cons. 29/06/2017].